

A construção do papel do Estado no discurso neoliberal atravessado por identificações de gênero

La construction du rôle de l'État dans le discours néolibéral traversé par des identifications de genre

Raquel Noronha¹

Resumo

A partir do lugar teórico e analítico da Análise do Discurso, pretendemos compreender a relação entre gênero e o discurso neoliberal. Analisaremos os discursos empresariais veiculados em sites de grupos empresariais olhando para as políticas de inclusão de mulheres em posições de chefia que visam promover uma administração mais paritária pensando, especificamente, no papel projetado ao Estado nessas políticas. Para fazermos nossas análises, comparamos o discurso neoliberal atravessado por identificações de gênero a análises do discurso neoliberal sem esse atravessamento para compreendermos a construção do papel do Estado nesses discursos. Interessa-nos pensar como o entrecruzamento por identificações de gênero afeta valores projetados como dos mais importantes a uma prática neoliberal, que é a liberdade frente a um intervencionismo do Estado. Com o atravessamento por identificações de gênero, no entanto, o Estado é responsabilizado por estender a liberdade do mercado, enfim, para todos e para todas.

Palavras-chave: Discurso Neoliberal. Gênero. Gênero morfológico. Trabalho. Estado

Résumé

À partir du lieu théorique et analytique de l'analyse du discours, nous comprendrons la relation entre le genre et le discours néolibéral, en réfléchissant aux effets de la mise en relation d'un discours sur les femmes dans la formation discursive du discours néolibéral. Nous analyserons les discours des entreprises publiés sur les sites Internet des groupes d'entreprises qui examinent la politique d'inclusion des femmes aux postes de direction qui visent à promouvoir une administration plus égalitaire en pensant spécifiquement au rôle projeté à l'État dans ces politiques. Nous comparons le discours néolibéral traversé par les identifications de genre aux analyses du discours néolibéral sans ce croisement pour comprendre la construction du rôle de l'État dans ces discours. Nous nous intéressons à la manière dont l'intersection des identifications de genre affecte les valeurs projetées comme les plus importantes pour une pratique néolibérale, à savoir, la libération de l'interventionnisme de l'État. Avec le croisement des identifications de genre, pourtant, l'État a la responsabilité d'étendre la liberté du marché pour tous.

Mots-clés: Discours Néolibéral. Genre. Genre morphologique. Travail. État

Recebido em: 16/11/2020.

Aceito em: 03/02/2021.

¹ Doutoranda na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisadora do grupo de pesquisa Mulheres em Discurso. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5928-4816>.

Palavras iniciais

Meritocracia e liberdade são projetados como dois valores caros, na atualidade, que serviriam como garantia de lisura (foi promovida/o porque mereceu) e independência em relação ao Estado. A relação entre o mercado e o Estado se coloca como conflituosa: de um lado, projeta-se como ideal livrar-se das amarras do Estado, ao mesmo tempo em que se demanda do Estado a responsabilidade de resolver os mais variados problemas do mercado. Essa relação conflituosa nos possibilita pensar o funcionamento do discurso neoliberal. Nesse trabalho², interessa-nos, sobretudo, analisar o funcionamento do discurso neoliberal quando atravessado por identificações de gênero para pensarmos no papel do Estado em relação ao mercado.

Pretendemos analisar o atravessamento do discurso neoliberal por identificações de gênero a partir da análise do discurso empresarial veiculado na mídia digital que digam respeito à inclusão de mulheres no mercado de trabalho, pensando como a mulher-empresária é discursivizada. Nesse artigo, atentamos, especificamente, para construção do papel do Estado em relação a esse atravessamento comparando à construção do papel do Estado no discurso neoliberal quando não atravessado por identificações de gênero. Nossa reflexão se dá a partir da flexão no feminino no discurso neoliberal quando o agente econômico é uma mulher.

Na tradição gramatical é previsto que a desinência no masculino, tanto no singular quanto no plural, poderia ser usada de maneira genérica. Assim, “as mulheres”, por exemplo, designaria exclusivamente pessoas do gênero feminino, enquanto que “os homens”, na concepção gramatical, poderia designar tanto pessoas do gênero masculino como, também, a presença de mulheres.

A neutralidade do masculino, no entanto, tem sido contestada, passando-se a reivindicar uma formulação que não projetasse uma neutralidade, mas que evidenciasse as diferenças. E isso atravessa o discurso neoliberal pelos estudos de gênero, através da denúncia da divisão sexual do trabalho. Autoras como Silvia Federici (2017; 2019), Angela Davis (2016), Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007) para citar apenas alguns dos trabalhos, denunciam essa divisão em que a mulher é relegada ao espaço doméstico, a uma condição de fragilidade e ao papel de esposas e mães. Nesse sentido, a crescente prática de marcar o gênero feminino desestabiliza a pretensa neutralidade que a desinência no masculino projetaria.

Analisar essa pretensa neutralidade pode nos mostrar uma projeção de quem seria o sujeito ideal e interlocutor do discurso neoliberal. Nesse sentido, ao olharmos para a marcação do feminino no discurso empresarial, estamos nos perguntando a respeito de um funcionamento morfológico que afeta os sintagmas nominais e que produz efeitos discursivos em relação às identificações de gênero. Assim, a problemática que a flexão no feminino traz não se restringe à classificação do gênero gramatical (feminino, masculino ou neutro), mas coloca uma questão em relação ao próprio funcionamento do discurso neoliberal, colocando em xeque sua projeção de universalidade a partir de uma forma-sujeito (capaz de ser compreendida como) universal.

Nesse trabalho, observaremos as diferenças entre os discurso neoliberal (que chamaremos de DNL) e o discurso neoliberal atravessado por identificações de gênero

² Essas análises são parte da minha tese de doutorado, defendida em Fevereiro/2020, na Unicamp, e financiada pela Capes.

(que chamaremos de DNL/gênero) a partir da projeção do papel do Estado por esses discursos. Pensando na flexão de gênero morfológica, efeito de uma linguagem inclusiva que visa incluir as mulheres no mercado de trabalho. Objetivamos compreender a relação imaginária entre Estado e economia projetada por esse discurso para compará-la com o discurso neoliberal quando não atravessado por identificações de gênero. Com essas análises, procuramos compreender os efeitos da flexão de gênero do agente econômico do discurso neoliberal. Observamos que a projeção do papel do Estado muda quando o discurso neoliberal é atravessado por identificações de gênero.

A Análise do Discurso

Para desenvolvermos nossas análises, filiamo-nos à Análise do Discurso (AD) que, de acordo com Pêcheux e Fuchs (1997 [1975]), vai se constituir em uma articulação de três regiões: a Linguística – “como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo” (PÊCHEUX & FUCHS, 1997 [1975], p. 163); o materialismo histórico – “como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí – a teoria das ideologias” (Loc. cit.); e a “teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos” ((PÊCHEUX & FUCHS, 1997 [1975], p. 164). Essas regiões são “de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)” (Loc. cit.). Para Orlandi (2002), essa articulação constitui a Análise de Discurso como uma disciplina de entremeio:

É preciso convir que não é fácil praticar o entremeio enquanto uma posição teórica assumida, como o faz o analista de discurso, sem deslizar para o interpretativismo da análise de conteúdo, nem o exercício do que tenho chamado informalmente de “puxadinho teórico” dos que pensam poder se servir “neutramente” da análise linguística tal qual em suas análises e depois “acrescentar” um componente de outra ordem, predominantemente sustentado sobre a noção de contexto (onde se inclui o sujeito), como se discurso fosse língua+contexto. Como venho afirmando, há uma relação complexa língua/ discurso que não se atinge apenas pelo acréscimo de componentes. É preciso mudar-se de terreno, re-definir-se, sem esquecer, insisto, que discurso não é um mero substituto da fala (de Saussure) (ORLANDI, 2002, p. 25).

Fundamentar teoricamente nosso campo, permite-nos não cair no lugar de “puxadinho de teórico”, em que conceitos das áreas que articulam a AD não seriam, de fato, articulados.

É o conceito de condição de produção que nos possibilita dizer que o discurso não é um objeto linguístico, tampouco é uma unidade empírica, mas, sim, um objeto teórico. Trata-se de um espaço teórico no qual se pode depreender a relação entre a língua, enquanto sistema de signos e a ideologia, enquanto determinação histórica do sentido. Dessa forma, entendemos o discurso como um lugar de encontro entre a história e a língua, pensando o sentido como efeito.

Quando trabalhamos com uma perspectiva materialista da língua, estamos assumindo que a língua não é um meio transparente de comunicação, algo como um veículo de informação que carregaria os fatos em si. O sentido de uma palavra ou expressão não é uno, como um sentido correto, inequívoco. Os sentidos são produzidos (e

tomados como evidentes) a partir da formação discursiva:

Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito. (...) Isto equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas: (...) diremos que os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 147).

A formação discursiva é matriz dos sentidos. Não se trata de um conjunto de texto com semelhanças entre si, mas de um espaço teórico no qual se observa relações na produção de sentido. Da mesma forma que uma mesma palavra, expressão possam ter diferentes sentidos, igualmente evidentes, a depender da formação discursiva a partir da qual foram produzidas, poderíamos dizer que palavras, expressões diferentes poderiam ter o mesmo sentido, em uma formação discursiva dada. E isso pode ser observado pelas relações de substituições, paráfrases, sinônimas em uma formação discursiva.

Para desenvolvermos essas análises, tomamos como corpus o discurso empresarial veiculado em sites de grupos empresariais olhando para as políticas de inclusão de mulheres em posições de chefia ou que promovam eventos para falar da importância de haver mais mulheres nas equipes de decisão; vamos olhar também agrupamentos compostos com o objetivo de promover uma administração mais paritária; e reportagens de grupos midiáticos que expliquem, justifiquem a presença de mulheres em espaços de liderança no ambiente empresarial.

Na AD, a constituição do corpus é fundamental para análise, é o lugar onde se articula a relação expressa no próprio nome da AD, em que a análise constitui a teoria e vice-versa. A constituição de um corpus discursivo não pode se dar senão de maneira dinâmica (ZOPPI-FONTANA, 2005), a partir da qual teoria e análise vão sendo construídas continuamente.

Dessa forma, queremos, com esse corpus, analisar o discurso empresarial atravessado por uma discursividade de gênero que denuncia que esse espaço, apesar do imaginário projetado, não funciona igualmente para todos os indivíduos e que, alguns indivíduos, mesmo cumprindo todos os requisitos necessários, não conseguem se alçar, ou não o fazem com tanta facilidade, a posições de poder. E, ao contrário do que o ideal de meritocracia e de liberdade poderiam prever, é o Estado que é convocado a corrigir essa desigualdade.

O Estado

Para esse trabalho importa-nos compreender o conceito de formação ideológica que constituem “um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem “individuais” nem “universais”, mas que se relacionam diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras” (HAROCHE; PÊCHEUX; HENRY, 2007 [1971], p. 26), para pensarmos no funcionamento da ideologia e compreendermos o funcionamento da ideologia burguesa que sobrepõe os direitos trabalhistas em nome de

uma pretensa liberdade da economia em relação ao Estado. Como se a intervenção estatal fosse um empecilho não à ampliação dos direitos trabalhistas para todos, mas ao sucesso individual.

A despeito do que se poderia supor, com a pretensa independência da economia em relação ao Estado, o controle do trabalhador não desaparece, ao contrário torna-se mais opressivo porque é internalizado:

O modo de produção capitalista se apresenta sob os traços de uma democracia burguesa exemplar, fundada na ideologia jurídica do contrato livre e igual que constitui, através da forma econômica das “leis de mercado”, a mola essencial da divisão de classes entre trabalhadores “livres” e os proprietários da “livre empresa”. Nesse universo, o passado está apagado ou ausente; o modo de produção capitalista engendra as formas de assujeitamento que lhe são necessárias ao mesmo tempo em que se engendra a si mesmo (PÊCHEUX, 2011 [1979], p. 80/81).

É a partir da compreensão da ideologia que se faz possível conceber teoricamente o sujeito como assujeitado e não como consciente e dono do de seu dizer. Entendemos que essa consciência funciona como efeito através do esquecimento nº 1 que “dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 162). É nesse sentido que entendemos que:

A arte de anestesiá as resistências, de absorver as revoltas no consenso e de fazer as revoluções fez certamente grandes progressos. Mas tudo isto não deixa de trabalhar menos sob o assujeitamento: é antes a capacidade de ouvi-lo que persiste em fazer falta politicamente (PÊCHEUX, 2011 [1979], p. 92).

A relação com o Estado é, dessa forma, conflituosa: a individualização do trabalhador, apartado de uma demanda conjunta com seus pares, enfraquece-o, ao mesmo tempo em que internaliza o controle. No entanto, observamos que, frequentemente, o Estado é demandado a intervir para salvar o mercado. Em 2008, por exemplo, como bem nos lembra Thierry Guilbert (2011), “os bancos americanos e europeus reagiram após a falência dos Lehmann Brothers, recorrendo sistematicamente ao Estado para “salvá-los”³ (*Ibidem*, p. 18).

Apesar dessa relação conflituosa e contraditória de ora rejeitar o intervencionismo do Estado, ora apelar a ele, gostaríamos de nos centrar na construção imaginária do lugar social do Estado para o DNL, assim como para o DNL/gênero. Essa análise permitirá observar que a relação com o Estado não é sempre conflituosa: quando do atravessamento do discurso neoliberal por identificações de gênero, o Estado aparece como responsável direto por reparar as desigualdades do discurso neoliberal.

³ Tradução nossa, no original: “les banques états-uniennes et européennes ont réagi après la faillite de Lehmann Brothers en se tournant systématiquement vers l'État pour les “renflouer”.

DNL e o Estado

Para começar a analisar o DNL trago a definição de Guilbert (2011):

Os termos discurso neoliberal (doravante DNL) e discurso econômico serão, aqui, considerados como intercambiáveis, eles significam um conjunto de enunciados mais ou menos coerentes tendo em comum promover uma visão empreendedora e puramente econômica da vida e de todas as atividades humanas. De fato, esse discurso incentiva a tornar produtivo, no sentido econômico, aquilo que não o pode ser: a escola e a universidade, o hospital e a justiça. Suas palavras chave são “eficácia econômica”, “rentabilidade financeira”, “retorno sobre investimento”. Os teóricos do neoliberalismo dizem defender o livre empreendimento e o livre mercado contra o intervencionismo do Estado que seria um freio ao mercado privado, o único verdadeiro produtor de riquezas, de bem-estar, de democracia de fato (GUILBERT, 2011, p. 15, grifo nosso)⁴.

Dessa citação, poderíamos selecionar muitas questões para apresentarmos e problematizarmos a partir da comparação do DNL/gênero e do DNL. Nesse artigo, no entanto, centraremos-nos na construção do papel do Estado nas relações econômicas nesses discursos. Apesar de Guilbert demonstrar, em suas análises, que o mercado recorre frequentemente ao Estado para resolver questões econômicas, observa que há uma relação conflituosa em que se considera o Estado como “um freio ao mercado privado” e se preconiza “o livre mercado contra o intervencionismo do Estado” (GUILBERT, 2011).

A seguir, trazemos um recorte para começarmos a analisar a projeção imaginária do Estado no DNL. Dizemos recorte remetendo à ideia de um todo: “o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva” (ORLANDI, 1984, p. 14). A partir desse recorte, mobilizamos a língua para compreender as condições de produção (PÊCHEUX, 1997 [1969]) desse discurso e compreendermos o “processo discursivo” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997 [1975], p. 180) que nos permitem entender o sentido como histórico.

R1: Pode ser por vocação sua ou por culpa da crise. Pode ser por causa de um empurrãozinho ou uma puxada de tapete. O fato é que você virou empreendedor. E o que a gente pode fazer pra você hoje? Que tal fechar mais negócios aceitando cartões? A vermelhinha agiliza isso pra você. Não importa o que te trouxe até aqui. Essa é sua nova carteira de trabalho. Vai empreender? Santander. (publicidade do banco Santander, Julho/ 2017)⁵.

O efeito de incerteza do que levaria o trabalhador ao empreendedorismo projeta

⁴ Tradução nossa, no original: “Les termes discours néolibéral (dorénavant DNL) et discours économique seront considérés ici comme interchangeables, ils signifient un ensemble d'énoncés plus ou moins cohérents ayant en commun de promouvoir une vision entrepreneuriale et purement économique de la vie et de toutes les activités humaines. Ce discours exhorte, en effet, à rendre productif, au sens économique, ce qui ne peut l'être : l'École et l'Université, l'Hôpital et la Justice. Ses maîtres mots sont “efficacité économique”, “rentabilité financière”, “retour sur investissement”. Les théoriciens du néolibéralisme disent défendre la libre entreprise et le marché contre l'interventionnisme de l'État qui serait un frein au marché privé, seul vrai producteur de richesses, de bien-être, voire de démocratie”.

⁵ Transcrição nossa a partir do vídeo em: <https://www.youtube.com/watch?v=YCGcFwO2530>. Acesso em: 26 nov. 2019.

esse horizonte como não só inevitável, mas desejável. O crescimento do desemprego é incorporado ao discurso neoliberal que apaga as razões e saúda a chegada ao livre mercado sem o intervencionismo do Estado. O fim dos empregos formais e a possibilidade que cada um seja empreendedor de sua própria empresa é um horizonte desejável. A esse respeito Ricardo Antunes fala que:

Um grupo cada vez mais minoritário estará no topo dos assalariados. Entretanto, a instabilidade poderá levá-lo a ruir a face a qualquer oscilação do mercado, com seus tempos, movimentos, espaços e territórios em constante mutação. A esses se somam ainda uma massa de “empreendedores”, uma mescla de burguês-de-si-próprio e proletário-de-si-mesmo. Mas é bom recordar que há várias resistências nos espaços de trabalho e nas lutas sindicais a essas formas de trabalho que procuram ocultar seu assalariamento, por meio do mito do trabalho autônomo (ANTUNES, 2020, p. 36).

No neoliberalismo preconiza-se que o sucesso dos empreendimentos dependeria de cada indivíduo. A ideia é que, sem o intervencionismo do Estado, cada indivíduo poderia chegar mais longe, com a projeção desse adiante como um lugar melhor. A posição de sujeito projetada por esse discurso constrói uma ideia de sujeito moderno: empreendedor. Apagando o problema social e econômico do desemprego substituindo-o pelo espírito empreendedor: você é o seu próprio patrão, o único responsável pelo seu sucesso.

A seguir analisamos outro recorte:

R2: Se antes nossos melhores talentos eram atraídos para bons empregos em grandes corporações (quando não para a zona de conforto e de acomodação de um concurso com vaga vitalícia), hoje eles são atraídos pela oportunidade de fazer algo grande, relevante, com potencial para mudar tudo em volta para melhor. (Inclusive no setor público) (Projeto DRAFT)⁶.

A oposição entre “emprego” e “oportunidades” mostra o percurso da modernização do trabalho. Um emprego seria algo cômodo para acomodados desejosos pelo conforto e estabilidade do funcionalismo público. Em contraposição teríamos oportunidades “de fazer algo grande, relevante, com potencial para mudar tudo em volta para melhor”. De um lado, a acomodação tem impacto na vida do indivíduo em específico, que tem o cargo público; de outro, teríamos “talentos” com potencial para mudar o mundo. Individualiza-se a ação, ao mesmo tempo em que se projeta um enorme alcance a essa nova forma de trabalho.

Nesses recortes, o papel projetado, imaginariamente, ao Estado seria de uma atuação não só dispensável, como que atrapalharia o desenvolvimento profissional dos trabalhadores. Os “empregos” não propiciariam o trabalhador desenvolver todo seu potencial, resignando-os a “zona de conforto e de acomodação de um concurso com vaga vitalícia” (R2). Ao se livrar das amarras do Estado, esses trabalhadores seriam considerados, como dissemos anteriormente, empreendedores, “uma mescla de burguês-de-si-próprio e proletário-de-si-mesmo” (ANTUNES, 2020, p. 36).

Dito isso, gostaríamos de trazer alguns recortes para comparar a projeção do papel do Estado quando o discurso neoliberal é atravessado por identificações de gênero.

⁶ Disponível em: <https://projetodraft.com/o-que-queremos/>. Acesso em: 26 ago. 2019.

DNL/gênero e o Estado

Para começarmos a analisar os efeitos do atravessamento do DNL por identificações de gênero, trazemos o seguinte recorte retirado do Relatório do Banco Mundial, “Mulheres, Empresas e o Direito 2018”:

R3: Que medidas podem ser tomadas para aumentar as oportunidades econômicas das mulheres? Como os governos podem melhorar a participação de suas cidadãs no mercado de trabalho? Dados concretos podem ajudar a responder essas questões. Ao informar os políticos sobre os obstáculos jurídicos que limitam as oportunidades econômicas das mulheres, o estudo Mulheres, Empresas e o Direito contribui para a promoção da igualdade de gênero. O estudo celebra o progresso já alcançado e, ao mesmo tempo, enfatiza o que ainda resta por fazer para garantir a igualdade de oportunidades (Relatório do Banco Mundial: “Mulheres, Empresas e o Direito 2018”)⁷.

A responsabilidade por garantir “oportunidades econômicas das mulheres” seria do governo, uma vez que seria dele a responsabilidade em zelar por seus cidadãos. E a maneira de “zelar” seria garantir-lhes “oportunidades econômicas”. O ideal de meritocracia não é requisitado para resolver a falta de participação feminina, é o governo que é responsabilizado por resolver a falha que impediria que as mulheres fossem incluídas no mercado de trabalho por seu próprio mérito.

O relatório do Banco Mundial se coloca no papel de “informar os políticos sobre os obstáculos jurídicos que limitam as oportunidades econômicas das mulheres”. Seria dessa maneira que esse relatório e seu signatário (Banco Mundial) contribuiriam “para a promoção da igualdade de gênero”. A responsabilidade pela igualdade esbarra em uma questão cara ao DNL: não seria o mercado autogerido? E, ainda, não seria necessário “defender o livre empreendimento e o livre mercado contra o intervencionismo do Estado que seria um freio ao mercado privado, o único verdadeiro produtor de riquezas, de bem-estar, de democracia de fato” (GUILBERT, 2011, p. 15). Como, então, demandar intervenção do Estado a respeito da promoção e viabilização da “igualdade de gênero”?

A partir desse mesmo relatório, trazemos outro recorte:

R4: Mais pesquisas e dados são necessários para compreender os efeitos das leis e regulamentos no empreendedorismo e emprego das mulheres. Isso, por sua vez, ofereceria aos formuladores de políticas públicas uma melhor compreensão de quais políticas promover. O estudo Mulheres, Empresas e o Direito é baseado em uma gama crescente de pesquisas que enfatizam a importância das leis para a criação de oportunidades econômicas para as mulheres e para a melhoria da igualdade de gênero. Tais pesquisas também questionam a noção de que o crescimento econômico, por si só, aumente a igualdade de gênero. Em vez disso, são necessários compromissos contínuos de políticas públicas com a igualdade de gênero para atingir os resultados desejados (Relatório do Banco Mundial: “Mulheres, Empresas e o Direito 2018”)⁸.

⁷ Disponível em: <http://pubdocs.worldbank.org/en/765311526311864489/WBL-Key-Findings-Portuguese-Print-05-10.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

⁸ Disponível em: <http://pubdocs.worldbank.org/en/765311526311864489/WBL-Key-Findings-Portuguese-Print-05-10.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

O ideal de mercado autogerido seria uma “noção” questionável. Com base em estudos que justificariam a participação plena da mulher no mercado de trabalho, seria possível recusar a autogestão do mercado e responsabilizar o Estado pela “igualdade de gênero”. A presença das mulheres no mercado recai em que os governos poderiam fazer por elas. “A noção de que o crescimento econômico, por si só, aumente a igualdade de gênero” questiona o ideal de mercado autogerido e responsabiliza o Estado pela “igualdade de gênero”. E uma maneira de garantir a “igualdade de gênero” esbarra constantemente em políticas em relação à licença maternidade, como vemos no recorte a seguir:

R5: Benefícios de licença: O ambiente regulatório também desempenha um papel significativo na capacidade das mulheres de obter empregos e permanecer na força de trabalho após constituírem família. Programas de licença-maternidade, licença-paternidade e licença parental podem ajudar a reconhecer e redistribuir atividades não remuneradas de cuidados com a família (Relatório do Banco Mundial: “Mulheres, Empresas e o Direito 2018”)⁹.

A constituição da família projeta um futuro incerto em relação ao trabalho da mulher. O que possibilitaria a projeção de futuro no trabalho da mulher após constituir família seria a garantia de que os cuidados da família não seriam negligenciados. Assim, responsabiliza-se a mulher pelo cuidado da família, essa entidade opaca que se forma com o nascimento do filho; e reconhece o trabalho doméstico e reprodutivo como atividade (não remunerada). Dessa forma, o trabalho da mulher, após o marco temporal da família, é condicionado à capacidade de conciliar suas atividades não remuneradas ao trabalho (atividade remunerada). É essa conciliação que tornaria a mulher apta a permanecer no mercado de trabalho.

A conciliação entre trabalho produtivo e reprodutivo é constante ao se falar da mulher no mercado de trabalho. O efeito dessa conciliação é tomar o trabalho reprodutivo como um não-trabalho, como afeto, cuidado, algo que seria de responsabilidade das mulheres. Cabendo a indagação à mulher trabalhadora: “se você está aqui trabalhando, quem está cuidando dos seus filhos?”. Sem correlação ao se falar do homem trabalhador/empresário, de quem não se contabiliza uma participação maior que a minguada licença paternidade. Nesse sentido, retomamos Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo*, para dizer que a mulher é tomada como alteridade pura sem reciprocidade (BEAUVOIR, 1970).

A falta de direitos das mulheres parece ser proporcional ao acúmulo de suas obrigações. De acordo com o documento da IV Conferência Mundial sobre a Mulher da ONU¹⁰, de 1995, só então, é reconhecido que “os direitos da mulher são direitos humanos”. Dessa forma, a luta pelos direitos das mulheres, longe de radicalismos e de ser uma luta atual, é uma luta antiga, necessária e que já foi contida demais. Que onera as mulheres a acumular funções, ao mesmo tempo em que as exclui das benesses do capitalismo.

⁹ Disponível em: <http://pubdocs.worldbank.org/en/765311526311864489/WBL-Key-Findings-Portuguese-Print-05-10.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

¹⁰ Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim1.pdf. Acesso em: 6 abr. 2015.

Efeito de conclusão

A análise do DNL/gênero, permite-nos observar o interlocutor do DNL, a partir de uma neutralidade homogeneizante, marcada na língua pelo uso da desinência no masculino. A comparação, que propomos, entre o DNL e o DNL/gênero, permite-nos analisar o papel projetado como do Estado, nesses discursos. No DNL, o Estado é projetado como um freio ao livre comércio e a autogestão, algo a ser ultrapassado; já no DNL/gênero, o Estado é demandado a reparar a falha na pretensa infalibilidade da autogestão do mercado para, enfim, tornar possível que as mulheres sejam incluídas.

Ao colocar o Estado na condição central de intermediar a presença e permanência da mulher no mercado de trabalho (mesmo após ter filhos), evidencia-se uma falha na pretensa infalibilidade da autogestão do mercado: a inclusão das mulheres não aconteceria naturalmente a partir dos méritos individuais de cada mulher. E projeta-se que nem poderá acontecer, a menos que o Estado intervenha.

Referências

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2a edição. São Paulo: Boitempo, 2020.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: fatos e mitos. São Paulo: Difusão européia do livro, 1970.

COURTINE, J. J. O discurso inatingível: marxismo e lingüística (1965 – 1985). Tradução Heloisa Monteiro Rosário. *In: Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, no 6, p. 5-18, 1999.

DAVIS, A. Mulheres. **Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

GUILBERT, T. **L'“évidence” du discours néolibéral**: analyse dans la presse écrite. Broissieux: Édition du Croquant, 2011.

HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. *In: Análise do Discurso*: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva (org.) Roberto Leiser BARONAS. São Carlos, SP: Pedro e João Editores, p. 9-31, 2007 [1971].

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *In: Cadernos de de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez., p. 595-609, 2007.

NORONHA, R. **Discurso Neoliberal e gênero**: uma análise do discurso empresarial. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2020.

ORLANDI, E. P. “Recortar ou segmentar?” *In: Linguística: Questões e Controvérsias*. Série Estudos. Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, p. 09-26, 1984.

ORLANDI, E. P. A Análise de Discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. *In: Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, (42): 21-40, Jan./Jun. 2002.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas”. *In: GADET, F.; HAK, T. Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. p.163-252, 1997 [1975].

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69) *In: GADET, F.; HAK, T. Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. p. 61-161, 1997[1969].

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009 [1975].

PÊCHEUX, M. “Foi “propaganda” mesmo o que você disse?” [1979], *In: Análise de Discurso: Michel Pêcheux textos escolhidos por Eni Orlandi*. Campinas: Pontes Editores, p. 73-92, 2011 [1979].

ZOPPI-FONTANA, M. G. Arquivo jurídico e exterioridade. A construção do corpus discursivo e sua descrição/interpretação. *In: GUIMARÃES, E.; BRUM-DE-PAULA, M.R. (orgs). Sentido e Memória*. Campinas: Pontes Editores, 2005.